

NOTAS EXPLICATIVAS

Os itens deste modelo de Termo de Contrato, destacados em vermelho *itálico*, devem ser preenchidos ou adotados pelo órgão ou entidade pública licitante, de acordo com as mesmas definições adotadas no Termo de Referência e no Edital.

Alguns itens receberão notas explicativas destacadas para compreensão do agente ou setor responsável pela elaboração das minutas referentes à licitação, que deverão ser devidamente suprimidas quando da finalização do documento.

Trata-se de modelo de contrato e nos termos do art. 35 da Instrução Normativa SEGES/MP n. 5/2017 o referido modelo deverá ser utilizado no que couber. Para as alterações, deve ser apresentada justificativa, nos termos do art. 35, §1º da referida IN. Eventuais sugestões de alteração de texto do referido modelo de contrato poderão ser encaminhadas ao e-mail: cgu.licitacoes@agu.gov.br.

Os Órgãos Assessorados deverão manter as notas de rodapé dos modelos utilizados para a elaboração das minutas e demais anexos, a fim de que os Órgãos Consultivos, ao examinarem os documentos, estejam certos de que dos modelos são os corretos. A versão final do texto, após aprovada pelo órgão consultivo, deverá excluir a referida nota.

MODELO

ANEXO

TERMO DE CONTRATO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA

(Exs.: manutenção de elevadores, veículos, de condicionadores de ar e predial, fornecimento de passagens aéreas, locação de impressoras e máquinas reprográficas, telefonia, lavanderia)

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA **POLÍCIA FEDERAL** E A EMPRESA

A União, por intermédio da **Polícia Federal**, com sede no **Setor de Autarquias Sul, Quadra 06, Lotes 09 e 10**, na cidade de **Brasília/DF**, inscrita no CNPJ sob o nº **00.394.494/0014-50**, neste ato representada pelo(a) (**cargo e nome**), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no **DOU** de de de, portador da matrícula funcional nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº **08211.006117/2019-41** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, , do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº/20..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Nota Explicativa: incorporar os trechos em vermelho caso se trate de contrato decorrente de Registro de Preços.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviço de seguro aeronáutico obrigatório (R.E.T.A.), para atender às necessidades da Coordenação de Aviação Operacional do Departamento de Polícia Federal (CAOP), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE (UNIDADE)	VALOR MÁXIMO DE REFERÊNCIA (R\$)	VIGÊNCIA DA APÓLICE ATUAL	VALOR TOTAL DA APÓLICE
01	01	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO, ATUALMENTE UM HELICÓPTE RO BIMOTOR, MODELO AW139 ; FABRICANTE AGUSTA-WESTLAND; ANO DE FABRICAÇÃO: 2013; Nº. DE SÉRIE 41325 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 6.800 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-HFV ; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 12 PASSAGEIROS.	1	R\$ 5.716,00	30/05/2020	R\$ 66.965,00
	02	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) HELICÓPTE RO MODELO MONOMOTOR AS 350 B2 ; FABRICANTE EUROCOPTER; ANO DE FABRICAÇÃO: 1995; Nº. DE SÉRIE AS2794 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 2.250 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PT-HZH ; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 02 PASSAGEIROS.	1	R\$ 1.677,00	30/05/2020	
	03	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) UM HELICÓPTE RO MONOMOTOR, MODELO AS 350 B2 ; FABRICANTE EUROCOPTER; ANO DE FABRICAÇÃO: 2002; Nº. DE SÉRIE 3556 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 2.250 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-HFA ; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 02 PASSAGEIROS.	1	R\$ 1.677,00	30/05/2020	
	04	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB	1	R\$ 2.083,00	30/05/2020	

		RANGENDO 01 (UM) HELICÓPTERO MONOMOTOR, MODELO AS 350 B2 ; FABRICANTE EUROCOPTER; ANO DE FABRICAÇÃO: 2013; Nº. DE SÉRIE 7477 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 2.250 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PT-LEE ; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 02 PASSAGEIROS.			
	05	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) HELICÓPTERO BIMOTOR, MODELO AS 355 N ; FABRICANTE EUROCOPTER; ANO DE FABRICAÇÃO: 2002; Nº. DE SÉRIE 5704 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 2.600 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-HFC ; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 02 PASSAGEIROS.	1	R\$ 1.677,00	30/05/2020
	06	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) HELICÓPTERO BIMOTOR, MODELO AS 355 N ; FABRICANTE EUROCOPTER; ANO DE FABRICAÇÃO: 2002; Nº. DE SÉRIE 5707 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 2.600 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-HFD ; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 02 PASSAGEIROS.	1	R\$ 1.677,00	30/05/2020
	07	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) AVIÃO BIMOTOR, MODELO EMB-145ER ; FABRICANTE EMBRAER; ANO DE FABRICAÇÃO: 1999; Nº. DE SÉRIE 145127 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 20.600 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-DPF ; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 50 PASSAGEIROS.	1	R\$ 22.394,00	30/05/2020
	08	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) AVIÃO BIMOTOR, MODELO EMB-145LR ; FABRICANTE EMBRAER; ANO DE FABRICAÇÃO: 1996; Nº. DE	1	R\$ 22.394,00	30/05/2020

		SÉRIE 145002 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 22.000 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-PFN ; LOTAÇÃO: 04 TRIPULANTES, 50 PASSAGEIROS.			
	09	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) AVIÃO BIMOTOR, MODELO KINGAIR 350I ; FABRICANTE BEECHCRAFT AIRCRAFT; ANO DE FABRICAÇÃO: 2012; Nº. DE SÉRIE FL-796 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 7.484 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-BSI ; LOTAÇÃO: 02 TRIPULANTES, 08 PASSAGEIROS.	1	R\$ 2.598,00	30/05/2020
	10	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) AVIÃO MONOMOTOR, MODELO 208B GRAND CARAVAN ; FABRICANTE CESSNA AIRCRAFT; ANO DE FABRICAÇÃO: 2001; Nº. DE SÉRIE 208B0903 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 3.969 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-AAB ; LOTAÇÃO: 02 TRIPULANTES, 09 PASSAGEIROS.	1	R\$ 2.536,00	30/05/2020
	11	COBERTURA ASSECURATÓRIA R.E.T.A. AB RANGENDO 01 (UM) AVIÃO MONOMOTOR, MODELO 208B GRAND CARAVAN ; FABRICANTE CESSNA AIRCRAFT; ANO DE FABRICAÇÃO: 2001; Nº. DE SÉRIE 208B0915 , PESO MÁXIMO DE DECOLAGEM: 3.969 KG; MARCAS DE NACIONALIDADE E MATRÍCULA PR-AAC ; LOTAÇÃO: 02 TRIPULANTES, 09 PASSAGEIROS.	1	R\$ 2.536,00	30/05/2020

Nota explicativa: A tabela acima é meramente ilustrativa, aplicável na hipótese em que a licitação tenha sido dividida em itens ou grupos, devendo compatibilizar-se com as especificações dos serviços estabelecidas no Termo de Referência e reproduzir o preço e demais condições ofertadas na proposta vencedora.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 31/05/2020 e encerramento em 31/05/2021, *podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:*

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.1.3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.1.4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.1.5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.1.6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.1.7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

Nota Explicativa: No modelo de Edital há campo específico para que o órgão ou entidade licitante indique o prazo inicial de vigência contratual (como por exemplo o prazo inicial de 12 meses), devendo estar de acordo com o acima.

Acaso se trate de contrato de prestação de serviços continuados em que haja previsão de possibilidade de prorrogação contratual, o trecho em vermelho deve ser utilizado.

A vigência do Termo de Contrato de prestação de serviços contínuos pode ultrapassar o exercício financeiro, como no exemplo a seguir, totalizando 60 (sessenta) meses, no entanto, conforme entendimento esposado no Parecer n. 035/2013/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo então Consultor-Geral da União – Substituto, nos autos do processo n. 00400.007093/2013-13, a contagem dos prazos contratuais fixados em meses ou anos deve ser de data a data, conforme art. 132, §3º do CC c/c art. 54 da Lei n. 8.666/93. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo. Ademais, no caso de prorrogação da vigência devem ser observadas as regras previstas no Anexo IV da IN SEGES/MP n. 5/2017.

No caso de Serviços Continuados, necessário também atentar para a Orientação Normativa AGU nº 38/2011, segundo a qual: “NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE NATUREZA CONTINUADA DEVE-SE OBSERVAR QUE: A) O PRAZO DE VIGÊNCIA ORIGINÁRIO, DE REGRA, É DE ATÉ 12 MESES; B) EXCEPCIONALMENTE, ESTE PRAZO PODERÁ SER FIXADO POR PERÍODO SUPERIOR A 12 MESES NOS CASOS EM QUE, DIANTE DA PECULIARIDADE E/OU COMPLEXIDADE DO OBJETO, FIQUE TECNICAMENTE DEMONSTRADO O BENEFÍCIO ADVINDO PARA A ADMINISTRAÇÃO; E C) É JURIDICAMENTE POSSÍVEL A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO POR PRAZO DIVERSO DO CONTRATADO ORIGINARIAMENTE.”

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

Nota Explicativa. O cômputo do valor total do Termo de Contrato levará em conta o período inicial de vigência estabelecido no Edital.

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Nota explicativa: Caso se trate de contrato de valor estimativo, como os de lavanderia, manutenção em geral, etc., em que a própria demanda pelos serviços é variável, cabe inserir o seguinte subitem:

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 20...., na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

PI:

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

Nota explicativa: No Acórdão n.º 2569/2018 – Plenário, o TCU concluiu que “ A Administração Pública pode invocar a Lei 8.078/1990 (CDC), na condição de destinatária final de bens e serviços, quando suas prerrogativas estabelecidas na legislação de licitações e contratos forem insuficientes para garantir a proteção mínima dos interesses da sociedade [...]”. (cf. Boletim de Jurisprudência n.º 244, sessões 6 e 7 de novembro de 2018). Consta do referido Acórdão, nesse sentido, que:

“307. Como é exposto no exame técnico transcrito no relatório do TC-016.501/2003-0, acolhido integralmente pelo Relator do Acórdão 1.670/2003-Plenário, Ministro-Substituto Lincoln Magalhães da Rocha, a Lei 8.078/1990 é aplicável à Administração Pública enquanto consumidora de bens e serviços. Isso porque ao definir, em seu art. 2º, 'consumidor' como toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, a Lei não fez nenhuma exceção, podendo, portanto, a Administração Pública se utilizar de todos os direitos ali estabelecidos na condição de consumidora. Ainda de acordo com o citado relatório, esse é o entendimento dos doutrinadores Leon Fredja, Celso Bastos e Toshio Mukai. Diversas outras deliberações do TCU também vão nesse sentido, como o Acórdão 1.729/2008-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Valmir Campelo, o Acórdão 5.736/2011-TCU-Primeira Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, e as Decisões 634/1996 e 1.045/2000, ambas do Plenário, de relatoria dos ministros Homero Santos e Adylson Motta, respectivamente.”

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de **Brasília/DF** - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20.....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS: